



**CONSELHO DOS  
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

00100-051518/2017-30  
mesid

Junte-se ao processado do  
PLS  
nº 146, de 2007.  
Em 08 105 117

OFÍCIO Nº 377/CONSELHO TJ /2017

Belo Horizonte, 29 de março de 2017.

*Madara  
Regina  
Sousa*

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador Eunício Oliveira**  
Presidente do Senado Federal  
Gabinete da Presidência  
Brasília-DF

**Assunto: Solicita apoio ao PLS 146/2007, nos termos da Emenda de Plenário 1.**

Senhor Presidente,

1. Com os meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar apoio ao PLS 146/2007, de autoria do Senador Magno Malta, que "dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências", nos termos da Emenda de Plenário 1, do Senador José Maranhão.
2. Enfatizo, por oportuno, a importância do PLS em comento para todo o Judiciário Nacional, tendo em vista que propiciará uma economia de recursos e espaço físico no trato da documentação processual, com a eliminação de documentos físicos e a possibilidade de descarte, o que atualmente é vedado pela Lei 12.682/2012.
3. Com efeito, a mencionada Emenda de Plenário propõe permitir que documentos apresentados em papel possam ser destruídos após a sua digitalização, desde que respeitados os requisitos procedimentais para garantia da integridade, autenticidade e fidedignidade da conversão do arquivo de meio físico para o meio digital.
4. Nesse aspecto, a Emenda de Plenário 1 propõe a alteração do art. 425 do Novo Código de Processo Civil, acrescentando-lhe inciso para prever o valor probante aos documentos digitais produzidos conforme processo de digitalização disciplinado em lei específica. Além disso, propõe a alteração da Lei 8.159/1991 para prever que o documento não destinado à guarda permanente possa ser eliminado, quando digitalizado na forma da lei.





## CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

5. Cumpre registrar, todavia, que a Emenda de Plenário 1, oriunda do relatório de autoria do Senador José Maranhão, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, não contemplou a digitalização dos processos criminais, com a devida alteração do Código de Processo Penal. Assim, este Conselho encaminhou o ofício Nº 376/CONSELHO TJ /2017, de 29 de março de 2017 ao aludido Senador, sugerindo a seguinte adequação à Emenda para alteração do art. 232 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941:

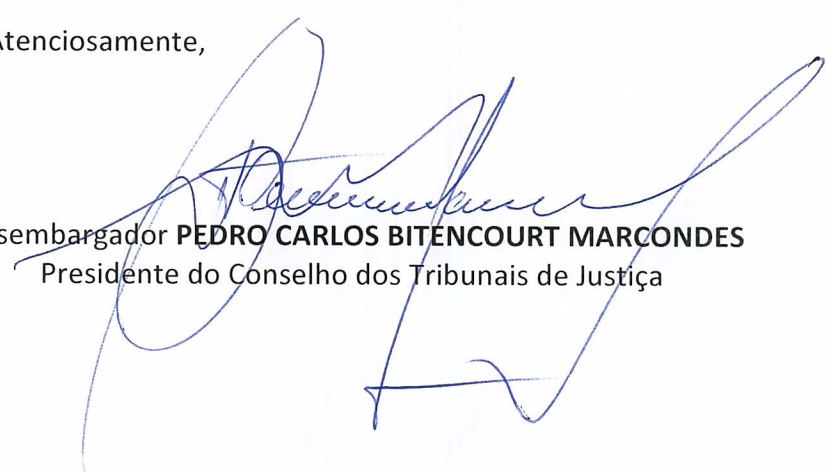
“Art. 232 .....

Parágrafo único. À fotografia do documento, devidamente autenticada, e aos documentos digitais produzidos conforme processo de digitalização previsto em lei específica dar-se-á o mesmo valor do original” (NR)

6. No que concerne às demais emendas já apresentadas em Plenário, este Conselho sugere a rejeição.

7. Na certeza de contar com a sensibilidade de Vossa Excelência às causas do Poder Judiciário, renovo os meus votos de elevada estima e consideração, colocando este Conselho à disposição para ulteriores esclarecimentos.

Atenciosamente,

  
Desembargador **PEDRO CARLOS BITENCOURT MARCONDES**  
Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça





*Senado Federal*

Brasília, 2 de maio de 2017.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício Nº 37/ConselhoTJ/2017, informo a Vossa Excelência que sua manifestação foi juntada ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2007, que *“Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências.”*, conforme tramitação, disponível no endereço eletrônico <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/8037>.

Atenciosamente,

  
**Senador ANTONIO CARLOS VALADARES**  
No exercício da Primeira Secretaria

A Sua Excelência o Senhor  
**Desembargador PEDRO CARLOS B. MARCONDES**  
Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça  
Av. Afonso Pena 4.001 – 12º andar/ Sala 1.217 – Serra.  
CEP 30190-008 – Belo Horizonte/MG

